



## EXPRESSÃO, DINHEIRO E O PROBLEMA ACERCA DA EQUIVALÊNCIA NA ESFERA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

Edson Farias<sup>1</sup>

**Resumo:** A comunicação procura estabelecer relações entre expressão, dinheiro e esfera pública contemporânea com o objetivo de discutir o tema da equivalência entre diversidades étnico-históricas à medida que estas se tornam elementos constitutivos dos fluxos de comércio e serviços de bens intangíveis.

**Palavras-chaves:** expressão, dinheiro, equivalência, configuração, esfera pública contemporânea.

As etnografias até agora realizadas da modernidade, de um modo geral, supõem duas alternativas teórico-interpretativas para lidar com o tema do diverso e do idêntico. Ou a incorporação cabal das culturas planeta afora ao conjunto da ordem global do capitalismo, em sua fase financeira e culturalista<sup>2</sup>. Dáde esta alterando qualitativamente o teor daquelas devido ao trânsito fremente de mercadorias, pessoas e idéias. Ou a reposição das diferenças étnicas no compasso mesmo da expansão de uma sociedade mundial, em que a coordenação das irredutibilidades traz no seu escopo saídas recíprocas de convivência intra-cultural, mas na simétrica medida em que são deflagradas “guerras culturais”<sup>3</sup>.

O ponto de entrelaço entre ambas as vertentes advém da efetiva universalidade decorrente da unificação dos meios de trocas à luz da supremacia do dólar, sobretudo, desde o final da última grande guerra<sup>4</sup>. A penetração do dinheiro como instrumento de troca

---

<sup>1</sup> Prof. Sociologia – UnB; pesquisador do grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento. Email: nilos@uol.com.br.

<sup>2</sup> JAMESON, Frederic (2001). *A Cultura do Dinheiro: ensaios sobre globalização*. Petrópolis (RJ): Vozes.

<sup>3</sup> MONTERO, Paula (1993). “Questões para a etnografia numa sociedade Mundial”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 36, p. 147-160.

<sup>4</sup> Esta unidade monetária é possível com a assinatura, em 1944, do Acordo de Breton Woods, o qual determinou que o dólar estadunidense substituisse a onça do ouro, tornando-se o parâmetro monetário internacional. O acordo estava calcado na invejável situação financeira e econômica dos Estados Unidos naquele momento, em que o governo norte-americano detinha a maior reserva de ouro em barras do mundo. Arranjo básico ao surgimento seja do Fundo Monetário Internacional seja do Banco Mundial como respectivos instrumentos de controle da economia-mundo capitalista e de financiamento dos desenvolvimentos dos Estados nacionais inseridos no que se passou a denominar de Terceiro Mundo.

e parâmetro de valor a áreas mais extensas das tramas sócio-humanas suscitou o problema ético, político e teórico em torno – para retomar Appadurai<sup>5</sup> – do “valor das coisas”. Em outros termos, a face inversa da existência de um equivalente universal estendido a tantas escalas está na complicação mesma de como apreender a equivalência dos valores em sua respectiva irreducibilidade.

Espinhosa, a questão já fora alvo de encaminhamentos distintos no interior da teoria social clássica, embora seus autores concordassem com o diagnóstico senão do declínio pelo menos da subordinação dos diversos na substancialidade adquirida pela troca interna à auto-regulação do mercado capitalista. Por um lado, ainda inspirado na teleologia do espírito absoluto hegeliano, todo o capítulo primeiro de *O Capital* detecta na mecânica da socialidade burguesa a transformação da diversidade dos valores (de uso) no demiurgo da temporalidade abstrata do valor-de-troca, da qual o dinheiro seria a expressão heurística. Núcleo do fetiche do capital, a seiva viva do trabalho humano apenas nele compareceria enquanto fantasma da origem do valor<sup>6</sup>. De outro, a sociologia francesa, em dois momentos precisos, concluiu a respeito da permanência de um resíduo de crença na dinâmica mercadológica. No seu debate com os economistas clássicos, Durkheim infere que, mesmo a princípio submetido aos imperativos da auto-sobrevivência individual, à disposição para a permutabilidade do dinheiro manteria o indicativo moral de coesão fundador da solidariedade social<sup>7</sup>. Já Marcel Mauss encontra algo de mágico na fórmula universal do dinheiro tal como existe e funciona nas sociedades modernas. Para ele, na posse há a potência não somente da diferenciação, sobretudo de singularizar, a qual ultrapassaria a mera aquisição instrumental visando à reprodução biológica, isto no instante em que o prestígio garante o reconhecimento por honorabilidade, ao se constituir o indivíduo em específica pessoa possuidora de face única<sup>8</sup>.

Inspiradas em um e outro ponto de vista, algumas das saídas teórico-analíticas do presente tendem aos seguintes rumos. Ou relatar a tradução subordinadora do capital pelas tantas cosmologias dotadas dos seus ecosistemas simbólicos próprios<sup>9</sup>. Ou, então,

---

<sup>5</sup> APPADURAI, Arjun (1988). *Social Life of Things*. Cambridge: Cambridge Press.

<sup>6</sup> MARX, Karl (1984). *O Capital: crítica da economia política, Vol I*. SP: Nova Cultural.

<sup>7</sup> DURKHEIM, Emile (2000). *A Divisão do Trabalho Social*. SP: Martins Fontes, 2 Volumes.

<sup>8</sup> MAUSS, Marcel (2005). “Ensaio sobre a dádiva” In: *Sociologia e Antropologia*. SP: Cosac & Nayfy.

<sup>9</sup> SAHLINGS, Marshall (1988). “Cosmologies of capitalism: the Trans-Pacific sector the world system”. *Proceeding of the British Academy*, LXXIV, p.01-51.

sublinhar a vigência de um sistema abarcante cruzando e absorvendo parte a parte da diversidade étnico-cultural e biótica do planeta na condição de matérias-primas da economia-mundo capitalista<sup>10</sup>. Quando muito, existem propostas buscando o equilíbrio entre ambas, ao sugerirem que, na contrapartida do sistema-mundo hegemônico, haveria aquele não-hegemônico, cujas regras obedeceriam a prescrições locais ou circunstanciais. Isto é, para além da natureza centrífuga da organização das práticas nele implementadas, mas, principalmente, em face da condição precária dos modos de agir acionados<sup>11</sup>.

Por dizer respeito ao tema das equivalências, a aproximação factual ou ponderada, senão o exercício de simular a proximidade, no que concerne à passagem do tempo, todas estas três opções analítico-interpretativas se desdobram seja na direção da variação das memórias, seja na transformação delas ou, ainda, na ambigüidade relativa àquilo capaz de parecer diverso e, simultaneamente, identificável. Se concordarmos consistir a memória um domínio psíquico-simbólico de coordenação e regulação das lembranças e dos esquecimentos<sup>12</sup>, e neste sentido com intervenção direta na distribuição do conhecimento socialmente elaborado, anotamos sua importância elementar à exteriorização das intenções humanas. Logo, com efeitos no estabelecimento de cadências temporais vislumbradas tanto nos ritmos cotidianos marcados no controle auto-reflexivo dos impulsos corporais quanto na demarcação institucional do horizonte e também da profundidade temporal da existência individual e coletiva. E, com isso, somos conduzidos aos equilíbrios e às disposições entre forças na concorrência para serem habilitadas hábeis a conduzir uma programação de verdades, isto é, critérios de certificação, retidão e veracidade segundo os quais, pelo filtro do seu eixo imaginário, determinada época lida analogamente com outras<sup>13</sup>.

Seria equivocado entrar, aqui, no mérito propriamente de tais aspectos considerando-os à luz de cada uma das aberturas teóricas assinaladas acima, já que seríamos tragados pelo labirinto de especulações decorrentes do recorte político das escolhas. Parece oportuno verificar em qual dos locos das correlações sócio-humanos poderemos ver melhor, pelo menos nas condições contemporâneas, estes arranjos

---

<sup>10</sup> **WALLERSTEIN**, Immanuel (1997). *Politics of the World-Economy, the States, the Movements and the Civilizations*. Cambridge: Cambridge Press.

<sup>11</sup> **RIBEIRO**, Gustavo Lins (2007). "El sistema mundial no-hegemonico y la globalización popular". DAN-UnB, Série Antropológicas.

<sup>12</sup> **FENTRESS**, James & **WICKAM**, Chris (1994). *Teorias da Memória*. Lisboa: Teorema, p. 13-176.

<sup>13</sup> **VEYNE**, Paul (1983). *Les Grecs ont-ils a leurs Mythes? Essai sur L'ímagination Constituinte*. Paris: Seuil.

mnemônico-históricos. Apostamos naquele das expressões. A aposta nesse plano ocorre porque nele convergem prioridades psíquico-motoras e delineamentos normativos, mas tendo em conta o peso das circunstâncias (interpessoais e eco-ambientais) para deflagrar cada um deles e colocá-los em ajuste. Mas, antes, a potencialidade da expressão no debate sobre os efeitos da equivalência do dinheiro na diversidade cultural do planeta decorre, exatamente, do fato de contracenar com a notória envergadura adquirida por um espaço público caracterizado pela auto-apresentação<sup>14</sup>. Espaço público em que as condições de visibilidade e, igualmente, a aparência estão embutidas nas redes sócio-técnicas eletrônica de informação e comunicação.

Esmiúço o argumento, claro, em linhas bem gerais, considerando as faces ontológica, analítica e da história sócio-cultural da expressão.

*Grosso modo*, a expressão corresponde seja à produção da subjetividade seja à apresentação de si circunstanciada, em que o teor subjetivo adquire exterioridade e se faz componente vital nas coreografias de linguagens que constroem experiências. Para isto, considerando molduras normativas informadas por arcabouços de valores, os quais por sua vez estão contextualizados em interações, mas também escudados nos recursos estruturais que delimitam temporal e espacialmente esse “dar-se” a ver ao mundo, o qual é simultaneamente um estar, enfim, um ser do/no mundo. Sem entrar nos meandros de tal debate teórico aqui, a discussão sobre a expressão deriva, então, do problema mais amplo concatenando reconhecimento e exteriorização, lembrando que este último porta o dilema da consciência e nele, o tema do mútuo engajamento de intencionalidade e imaginação. Esta última concebida como a competência de supor e propor, projetar, antecipando os rumos de um fazer, além de acrescentar ou alterar o dado. Em resumo, a expressão faz a síntese de ambos, inserindo o elemento fundamental da significação, ou se quisermos o termo, da comunicação.

Logo, em termos tão-somente analíticos, articulando uma sociologia das obras e dos seus artífices (modos de produção e técnicas) a uma analítica dos saberes do fazer e dos meios de transmiti-los, consagrá-los e da apropriação e efeitos dos seus usos, enquanto objeto de conhecimento a expressão pode ser enfocada pelo ângulo da coreografia dos

---

<sup>14</sup> Tomo de empréstimo a inferência de **HABERMAS**, Jürgen (2007). Entre Naturalismo e Religião: estudos filosóficos. RJ: Tempo Brasileiro, p.17.

gestos. Tal escopo envolve o problema em torno das disposições e percepções prático-corporais no plano fenomênico mesmo do acontecimento. Além, ainda, do tema das normas de validação e do reconhecimento das atitudes, considerando os esforços de distinção e, também, a luta pela atenção e aceitação do outro ao não-idêntico. Algo assim contracenava com as discussões sobre o componente cênico-dramático e ritual da apresentação de si, tal como sintetizadas nas noções de *performance* e máscaras sociais. Ao mesmo tempo permite, ainda, encetar a solução tomando a formação do ego, mediante a visada do desenvolvimento da competência psíquico-simbólica em estágios nos quais os aprendizados encerrados em círculos intersubjetivos normativo-comunicacionais interferem tanto na reprodução quanto na reavaliação crítico-argumentativa das pautas morais cotidianas. Um desdobramento na apreensão da expressão se dá com a atenção às dimensões patrimoniais, nas quais o acento se desloca para o cerne dos modos de ser e fazer e, igualmente, à materialidade dos bens.

Os dois enfoques estão inseridos, porém, em um quadro histórico do pensamento e das práticas cotidianas do Ocidente em que a idéia de expressão se conecta seja com a idéia de sujeito seja com a de ente coletivo.

Incorporada à evocação de livre-arbítrio renascentista e sua premissa antropocêntrica de elevação da potência cognitiva e criadora humana à força propulsora do cosmos, a noção de sujeito repercute igualmente nas acepções do reformismo calvinista de domínio racional do mundo. De um modo ou de outro, ambas terão impactos na formação da imagem iluminista do indivíduo que julga, logo exige a publicidade dos ordenamentos de poder e reivindica a responsável e livre manifestação das suas idéias. Mas na ascendência da idéia de expressão ressoam como, de Herder, se alastrou mediante o romantismo tanto a cobrança pelo reconhecimento da autenticidade afetivo-sentimental dos indivíduos quanto em favor da dignidade étnico-histórica dos povos. Absorvida pela esfera estética, um e outro viés passou a constituir as feições do problema em torno da expressão artística. Bem ilustrativas, as lutas da boemia em favor da atitude libertária, emancipada da rotina burguesa, abriram caminho para os exercícios das vanguardas estéticas que vazaram o século XX. Todos devotados aos esforços de emancipar a expressão: pictórica, literária, corporal, musical e outras. Seus artífices e engenhos angariaram o *status* de demiurgo de toda e qualquer possibilidade criativa e comunicativa da espécie e algo assim revestiu e

robusteceu o suporte ético e político da arte. Promovida, enfim, a epicentro de experimento e refinamento da expressão humana, a esfera estética avançou por outros campos erguendo a bandeira da emoção, da estima e da identidade. E redefiniu mesmo a esfera pública, deslocando o acento na troca de argumentos racionalmente elaborados para as disputas retóricas entre as auto-imagens.

O último século deixou por legado, para além das marcas da industrialização, da urbanização e da tecnificação da guerra, a extensão sem igual dos meios e ambiências sintonizadas à realização do direito à expressão. Os potentes meios técnicos de reprodução cultural e da informação se inseriram profundamente na importância e montante e volume adquiridos pelas manifestações públicas: passeatas, greves, desfiles marciais e civis, olimpíadas, festivais e outras.

São ilustrativas a respeito as cada vez mais constantes políticas públicas por parte de governos nacionais e regionais voltadas aos chamados patrimônios imateriais. Tendo por objetos os costumes, saberes, práticas populares, essas políticas de patrimonialização estão em observância às plataformas de incentivo e proteção da diversidade étnico-cultural do planeta tanto frente ao que seria o avanço dos imperativos de homogeneização próprios à lógica da indústria cultural<sup>15</sup> quanto em complemento a projetos inscritos no combate a pobreza e marginalização social de populações. E ainda nas tentativas de alavancar a tolerância e a paz, dissolvendo o acirramento dos conflitos étnicos entre os povos. Plataformas de pluralidade cultural defendidas por organismos multilaterais como a ONU, através da Organização Internacional do Trabalho (OMT) e Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), sobretudo da Unesco que realiza, em 2003, a *Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial*, ao lado de organizações não-governamentais, entre elas a Internacional Network for Cultural Diversity (INDC)<sup>16</sup>. Em se tratando do Brasil, a montagem de pauta dirigida à preservação e promoção da cultura imaterial resulta do concerto de ações como o do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), da Fundação Pró-Memória, do Centro Nacional de Folclore e de Cultura Popular. Escudados na Constituição Federal de 1988, a qual tornar lei o direito cultural e o respeito a

---

<sup>15</sup> **BRANT**, Leonardo (2005). “Dimensões e perspectivas da diversidade cultural no Brasil” In: Leonardo Brant (org.): *Diversidade Cultural: globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas*. SP: Escrituras Editora – Instituto Pensarte, p.21-56.

<sup>16</sup> **OBULJEN**, Nina (2005). “Um resumo da história do instituto para a discussão de diversidade cultural para as relações internacionais Zagreb, Culturelink Network”. \_\_\_\_\_, p. 121-129.

diversidade étnica, os desdobramentos dessas iniciativas pioneiras alargam a compreensão do patrimônio histórico e artístico nacional, não mais o restringindo aos conjuntos arquitetônicos, documentos ou peças pictóricas e sonoro-visuais registradas como acervos de instituições devotadas aos bens cultos. O papel do ordenamento público, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), volta-se àqueles bens definidos como vivos, atuais, em razão da propriedade de serem processuais, virtuais. Assim, a salvaguarda deve, “antes, estimular e fortalecer as condições de circulação (troca) e a reproduzibilidade (transmissão e mudança) dos bens protegidos, ou seja, contemplar a natureza dinâmica e mutável de seus objetos.”<sup>17</sup>

Entusiasta desta promoção dos bens imateriais –, segundo o atual ministro da cultura do Brasil, Gilberto Gil, o incentivo estatal fornecendo “ferramentas técnicas, materiais e conceituais” contribuiu ao fortalecimento das populações carentes e não integradas aos padrões culturais eurocêntricos. Ajudaria, para ele, no fomento à cidadania em seus diversos aspectos. Entende que o associativismo empreendedorístico teria impacto, a um só tempo, político e sócio-econômico, mas o objetivo fundamental atenderia as estimas por meio da evocação das identidades e, da mesma maneira, viabilizaria o respeito à diversidade cultural<sup>18</sup>.

Nota-se que as políticas públicas orientadas para os patrimônios imateriais enfatizam o reconhecimento cultural como uma alternativa decisiva de construção e resgate da cidadania. São as expressões o dado palpável e objeto de intervenção. Deste modo, ainda tratando do caso brasileiro, o jongo, o samba de roda do Recôncavo baiano, o samba carioca, o frevo, o acarajé, entre outros, tornam-se bens patrimonializados por sintetizarem modos de ser, agir e pensar reconhecidos e que dão a reconhecer uma “comunidade”, tornando-a idêntica entre si frente às alteridades internas à ecologia humana<sup>19</sup>. Ora, não é a toa que a convenção da Unesco se volta à “diversidade das expressões humanas”.

Ao mesmo tempo, todo o argumento a favor dos bens intangíveis dialoga seja com o incremento do trânsito de informações, devido ao raio de atuação ampliado dos meios de

---

<sup>17</sup> **ARANTES**, Antônio Augusto (2005). “Apresentação”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 32 (Patrimônio Imaterial e Biodiversidade), p. 09.

<sup>18</sup> **FIOCHI**, Marco Aurélio (2008). “Uma política de ponta: entrevista com Gilberto Gil”. *Revista Continuum*, n. 07, jan.-fev., p.10-15.

<sup>19</sup> **ALMEIDA**, Luis Fernando de (2006). Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil (1936-2006). Brasília: IPHAN.

comunicação e da linguagem digital, seja com o aumento no volume do comércio de bens e serviços de entretenimento, em especial os fluxos de áudio e audiovisual<sup>20</sup>. Deste modo, semelhante ao despertar da atitude romântico-folclorista de preservação da cultura popular, o empenho contemporâneo contracenava com a dinâmica sócio-econômica e técnica do capitalismo, no estágio em que as mercadorias culturais adquirem relevo sem precedentes históricos. Diferente da sua matriz européia do século XIX, no entanto, a patrimonialização da cultura popular atual se insere no computo dos circuitos de diferentes escalas da economia simbólica. Inclusive não apenas colaborando na inserção de tais bens, mas reforçando sua diferença na esfera pública configurada para o trânsito das aparências<sup>21</sup>. Ao reafirmar o valor artístico-cultural dessas práticas e símbolos, os retirando do mundo vulgar, a ação legitimadora de autoridades culturais – antropólogos e historiadores, principalmente – lhes confere outro *status* na divulgação em canais tão diversos, sejam eles voltados aos meios cultos ou mais abrangentes – jornais, TV e rádio, internet, CD-ROOM com fins pedagógicos<sup>22</sup>.

A despeito das peculiaridades entre os estágios históricos do mesmo processo enlaçando expressão, mercado e técnica, a dinâmica que se delineia em seu desenrolar revela como a industrialização repercutiu fortemente nas concepções de arte e educação, desde o século XIX e daí potencializou a expressão como recurso. Raymond Williams demonstra como a idéia mesma de cultura, a princípio, se tornou uma resposta elitista aos

---

<sup>20</sup> **GOLDSMITH**, Bem (2005). “Diversidade cultural: política, caminhos, dispositivos” In: Leonardo Brant (org.): Diversidade Cultural: globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas. SP: Escrituras Editora – Instituto Pensarte, p.91-114. Não é demais recordar que antecedendo, e mesmo tornando incontornável a convenção sobre a diversidade cultural, desde a década de 1980, as rodadas de negociações e plenárias em órgãos como a OMC e as discussões no GATE tiveram por fermento as disputas em torno das trocas de bens e serviços relativos a filmes e outros suportes audiovisuais, artefatos musicais e outros. A respeito, consultar **BRANT**, Leonardo (2005). “Diversidade cultural: política, caminhos, dispositivos”. In: Leonardo Brant (org.): Diversidade Cultural: globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas. SP: Escrituras Editora – Instituto Pensarte, p.96-114.

<sup>21</sup> Manuela Carneiro da Cunha chama atenção para os complicadores da política de preservação do patrimônio imaterial, na medida em que é aplicada a camadas sociais e povos com trajetórias bem diversas. Entre os impasses e dificuldades que pode gerar está, por obra do procedimento do registro dos bens, o ingresso de concepções de unicidade de autoria, própria à defesa da propriedade intelectual, no seio de círculos sócio-culturais em nada afinados com valores como originalidade e criatividade individual – **CUNHA**, Manuela Carneiro da (2005). “Introdução”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 32 (Patrimônio Imaterial e Biodiversidade), p.20-21.

<sup>22</sup> A ocasião do último carnaval no Rio de Janeiro é exemplar. Em uma das laterais da Passarela do Samba, local dos desfiles das principais escolas de samba da cidade, um grande *outdoor* destacava ser o samba carioca um “patrimônio brasileiro”. Logo abaixo estava a logomarca da Petrobras, uma das patrocinadoras da última versão do evento.



impactos da mecanização da produção por parte de uma aristocracia plutocrática<sup>23</sup>. Por sua vez, nos anos vinte do último século, Gramsci<sup>24</sup> argumentava o quanto o peso da tecnificação no conjunto da vida das sociedades industriais levou a uma reorganização da cultura e da figura do intelectual, estando ambos cada vez mais vinculados ao anonimato e ao pragmatismo. Do conjunto dessas interpretações, concluímos que a síntese das etapas no desenvolvimento dos suportes técnicos midiáticos reorientou a produção e reprodução simbólica, dando um relevo historicamente original a tais mediações. Os livros, os jornais, a fotografia, a radiofonia, a fonografia e a televisão fizeram-se ícones de um tempo no qual a música, a dança, os esportes, a dramaturgia, o jornalismo se enraizaram no cotidiano, reformatando as expressões e canalizando-os sempre mais para os domínios do entretenimento. Sobre essas trilhas, toda uma divisão do trabalho e das funções efetiva e se amplia nos ramos de prestação de serviços regulada pelos mecanismos mercantis prevaletentes nas amplas e densas sociedades urbano-industriais e de serviços. No bojo dessa ampliação, a pressão da oferta e demanda contribui na definição de uma da balança de poder dotando de distinção os protagonistas da cultura de mercado.

Doravante, os heróis e os épicos da narrativa moderna passam a florescer nesse espaço social da esfera pública cujo emblema é a exposição de auto-imagens (individual e de grupos), a qual fomentou identificações e espelhou identidades na contrapartida de ter atingido em cheio às estimas, isto mediante o apelo da emoção – a matéria-prima elementar operacionalizada pelos bens culturais. Em meio ao mesmo embalo, a popularização das câmeras (analógicas e digitais), dos PCs, dos equipamentos de reprodução e ampliação sonora, mas também dos videocassetes e recentemente dos reprodutores e gravadores de DVDs, além dos telefones celulares e outros, contribuiu na difusão das bases para o incremento das condições de elaboração da duplicação audiovisual das expressões. Condições que, nas três últimas décadas, se tornaram constituintes dos ambientes formativos nos quais as crianças são educadas e suas sensibilidades moldadas pela sincronia entre corporeidade e técnica, delimitando determinada feição do humano. O cenário de tal educação é desenhado pelo advento de instituições e de formatos midiáticos à maneira da *World Wide Webe*, a *Weblog*, o *MP3* e o *You Tube*, os quais estão re-

---

<sup>23</sup> WILLIAMS, Raymond (1969). *Cultura e Sociedade*. SP: Cia Nacional.

<sup>24</sup> GRAMSCI, Antônio (s.d.). *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. SP: Civilização Brasileira.

qualificando a interação sócio-humana pelo *status* conferido aos fluxos da informação digitalizada.

O que denominamos de informacionalização das expressões tem nessas mesmas condições o seu laboratório; situações em que os experimentos são gradualmente sistematizados em costumes e instituições, naturalizando em hábitos relativos a ritmos corporais em obediência a específica economia emocional. Portanto, a figura histórico-cultural da expressão repõe o problema sobre os modos de objetivação das intenções humanas. Estamos cientes que, nos domínios da sociologia, isto envolve uma longa e sinuosa discussão sobre a disputa em torno da centralidade ou não da categoria trabalho e, inversamente, da inserção de outras possibilidades de mediação entre intenção e mundo<sup>25</sup>. Por isso mesmo, estamos convencidos de que, no cenário contemporâneo, a categoria expressão detém maior relevância a esse respeito. O destaque dado ao reconhecimento das estimas e das identidades se alia com as novas tecnologias de comunicação e à reconfiguração do capital. Poderíamos arrolar a hipótese de sermos, hoje, partes da ascendência da produção de subjetividades enquanto mecanismo sócio-psíquico interno ao processo de informacionalização das expressões. O que nos leva especular sobre ter, este último, rebatimentos profundos nos modos de vida e na trama dos estilos pelo andamento da tendência civilizatória na qual a modelagem dos impulsos humanos se realiza cada vez mais em sintonia com o apelo do se dar a ver (e ouvir) engajado aos sistemas sócio-técnicos de informação-comunicação.

\* \* \*

Certamente, o enunciado mesmo da nossa hipótese é remissivo ao ponto nevrálgico desta fala – remete ao objetivo de insinuar a possível correlação entre equivalência das diversidades étnico-históricas promovida pelo dinheiro e a natureza da esfera pública contemporânea, a partir da centralidade gozada pela questão da expressão no debate e nas atuais lutas sócio-culturais. Porém, cometemos uma heresia ao tomar a importância do tema da expressão como imanente ao desenvolvimento de uma esfera pública definida pela auto-

---

<sup>25</sup> Para uma discussão preliminar a respeito, ver **FARIAS**, Edson (2007). “Informacionalização das expressões na agenda de uma sociologia da sociedade de consumidores”. Trabalho apresentado durante o X Seminário Interno do Grupo de Pesquisa sobre *Cultura, Memória e Desenvolvimento* – 12 a 14 de dezembro, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

apresentação da si e comprometida originariamente com o implemento da técnica. Afinal, um aspecto incontornável a respeito é o fato de que o avatar da industrialização trouxe, igualmente, em muitos dos exercícios literários e ensaísticos, a tendência de tratar o virtual impacto da técnica e a condição humana, em especial o que se demarcou como expressão, enquanto contraditórios entre si. Podemos até anotar desvios nessa rota. Momentos do século XIX representados pelas utopias socialistas apostando todas as fichas no deslanche da produção mecanizada, à maneira do *Falensstério* de Fourier e a acepção épica com a qual Marx se volta para o grande maquinário. Ou, ainda, a evocação fantástica e otimista do cientificismo na ficção de Júlio Verne, por exemplo. Porém tais e outras lembranças não camuflam o suficiente a senda trágica: *Frankenstein* (de Mary Shelley) e o *Médico e o Monstro* são apresentações do anúncio da praga que se abateria sobre a humanidade no rastro do desacorrentamento da arrogância promovida pela industrialização. Mais tarde, em *Metrópole*, de Fritz Lang, a encenação cinematográfica retrata a comoção de toda espécie tragada pela danação maquinária. Já em *Admirável Mundo Novo*, Aldous Huxley antecipa um futuro em que a autonomia promovida pela técnica gerou a renúncia à auto-responsabilidade, em nome da acomodação hedonista.

Nas quatro narrativas, elas mesmas ícones do prestígio adquirido pelas expressões em sua componente auto-reflexiva e auto-compreensiva, o mesmo fundamento: a percepção da e a acusação de *hubris* na base de todo o infortúnio humano. Ou seja, o excesso da atitude moderna de infringir os limites, de violar o cosmos, segundo a imagem de *A Caminho do Planetário* de Walter Benjamin, inspirada na I Primeira Guerra:

Se, como fez uma vez Hillel com a doutrina judaica, se tivesse de enunciar a doutrina dos antigos em toda concisão em pé sobre uma perna, a sentença teria de dizer: “A Terra pertencerá unicamente àqueles que vivem das forças do cosmos”. Nada distingue tanto o homem antigo do moderno quanto sua entrega a uma experiência cósmica que este último mal conhece. O naufrágio dela anuncia-se já no florescimento da astronomia, no começo da Idade Moderna. Kepler, Copérnico, Tycho Brahe certamente não eram movidos unicamente por impulsos científicos. Mas, no entanto, há no acentuar exclusivo de uma vinculação ótica com o universo, ao qual a astronomia muito em breve conduziu, um signo precursor daquilo que tinha de vir. O trato antigo com o cosmos cumpria-se de outro modo: na embriaguez. É embriaguez, decerto, a experiência na qual nos asseguramos unicamente do mais próximo e do mais distante, e nunca de um sem o outro. Isso quer dizer, porém, que somente na comunidade o homem pode comunicar em embriaguez com o cosmos. É o ameaçador descaminho dos modernos considerar essa experiência como irrelevante, como descartável, e deixá-la por conta do indivíduo como devaneio místico em belas noites estreladas. Não, ela chega sempre e sempre de novo a seu termo de vencimento, e então povos e gerações lhe escapam tão pouco como patenteou da maneira mais terrível na última guerra, que foi um ensaio de novos, inauditos esponsais com as potências cósmicas. Massas humanas, gases,

forças elétricas foram lançadas ao campo aberto, correntes de alta frequência atravessaram a paisagem, novos astros ergueram-se no céu, espaço aéreo e profundezas marítimas ferveram de propulsores, e por toda parte cavaram-se poços sacrificiais na Mãe Terra. Essa grande corte feita ao cosmos cumpriu-se pela primeira vez em escala planetária, ou seja, no espírito da técnica. Mas, porque a avidez de lucro da classe dominante pensava resgatar nela sua vontade, a técnica traiu a humanidade e transformou o leito de núpcias em um mar de sangue. Dominação da natureza, assim ensinam os imperialistas, é o sentido de toda técnica. Quem, porém, confiaria em um mestre-escola que declarasse a dominação das crianças pelos adultos como o sentido da educação? Não é a educação, antes de tudo, a indispensável ordenação da relação entre gerações e, portanto, se se quer falar de dominação, a dominação entre as gerações, e não das crianças? E assim também a técnica não é dominação da Natureza: é dominação da relação entre Natureza e humanidade. Os homens como espécie estão, decerto, há milênios, no fim de sua evolução; mas a humanidade como espécie está no começo. Para ela organiza-se na técnica uma *physis* na qual seu contato com o cosmos se forma de modo novo e diferente do que em povos e famílias. Basta lembrar a experiência de velocidades, por força das quais a humanidade prepara-se agora para viagens a perder de vista no interior do tempo, para ali deparar com ritmos pelos quais os doentes, como anteriormente em altas montanhas ou em mares do Sul, se fortalecerão. Os Luna Parks são uma pré-forma de sanatórios. O calafrio da genuína experiência cósmica não está ligado àquele minúsculo fragmento de natureza que estamos habituados a denominar “Natureza”. Nas noites de aniquilamento da última guerra, sacudiu a estrutura dos membros da humanidade um sentimento que era semelhante à felicidade do epilético. E as revoltas que se seguiram eram o primeiro ensaio de colocar o novo corpo em seu poder. (...).<sup>26</sup>

Diferente do que ocorre a Prometeu, contudo, a interpretação benjaminiana sugere que a desmesura então se perpetua em uma nova era: àquela do tempo linear infernalmente repetitivo, em que se acumulam ruínas no curso de uma história progressiva. Entretanto, em coerência com o seu método das imagens dialéticas, o autor supõe a ascendência de irrupção revolucionária do vórtice mesmo das forças promotoras da estética dos escombros. Assim, ele concebeu o cinema como máquina de uma política transformadora pela experiência do choque a que estavam submetidas às massas urbanas das metrópoles industriais, fomentando a emergência de uma nova percepção e, conseqüentemente, expressões<sup>27</sup>. Algo em nada sintonizado aos seus colegas frankfurtianos, os quais diagnosticaram a modernidade tanto naquilo que Adorno e Horkheimer conceituam de “a dialética do esclarecimento” quanto na concepção de “consciência unidimensional” por Marcuse. Sob o signo bíblico da queda, essas narrativas concebem o incremento da técnica na denuncia de uma força desumanizadora ironicamente deflagrada pela ambição criadora, própria à humanidade. Excesso de confiança em si e insegurança comporiam a aliança

---

<sup>26</sup> **BENJAMIN**, Walter (1993). “Rua de mão única” In: Walter Benjamin, Obras Escolhidas II. SP: Brasiliense, p.68-69.

<sup>27</sup> **BENJAMIN**, Walter (1975). “A obra de arte no tempo da reprodutibilidade Técnica” In: Os Pensadores (Benjamin et alli). SP: Abril Cultural.

maligna encerrando a modernização no mito do eterno retorno à degradação, subalternizando ainda mais no afã de emancipar<sup>28</sup>.

A despeito de encaixá-la nesta ou naquela denominação (“apocalíptico” em oposição aos “integrados”), é interessante sublinhar o empenho dessa tradição de dirimir o enigma dos limites da feição humana, na medida em que a secularização da história empurrou a experiência do fundamento da providência à ânsia da mudanidade empírica. No recurso ao vocabulário de Lévi-Strauss, diríamos que tal narrativa repõe a oposição mitológica entre subjetivo *versus* objetivo, a qual se tornou um dilema existencial, psicológico e sócio-antropológico. O desconforto se encerra no seguinte: aonde se encerram as fronteiras humanas: nos confins da sua alma? Na gama dos objetos que produz?

Na mesma esteira da história do pensamento social, o triângulo composto por Hegel, Marx e Simmel concentrou os esforços no sentido de oferecer uma saída filosófico-científica à questão. Os três se voltaram ao tema do espírito objetivo e cada um, à sua maneira, encontrou tanto uma alternativa quanto deixou-nos outra vez em um dilema. Se Hegel concedeu à história o *status* de palco e substância mesma de aparição e resolução dos conflitos, o fez no recurso a um absoluto trans-histórico, ou melhor, decidiu-se por resolver toda a história no auto-conhecimento fenomenológico do espírito. Marx escapou da transcendência incorpórea, ao privilegiar a materialidade produzida no curso social das reciprocidades tecidas entre disputas e novos ajustes de interesses de relações voltadas à sobrevivência material e instrumentos de aquisição e transformação da natureza. No entanto, ele concedeu centralidade à necessidade como mola propulsora e fator lógico da história, determinando um curso elucidado no implemento revolucionário dos mecanismos em favor da concretização da intencionalidade. Em Simmel, o alfa-ômega do trajeto humano estaria na tragédia do fluxo vital em se transformar ele mesmo na sua negação, na

---

<sup>28</sup> Direção oposta foi tomada pelas narrativas identificadas à tradição pós-modernistas, a qual se ergueu sobre o legado de autores à maneira de Heidegger. São os últimos, críticos da era da técnica, porém tendo nesta o fruto mais ruidoso da prepotência antropocêntrica, sombra mesma do humanismo. Há, no entanto, aqueles intérpretes – cujo exemplo maior é Mc Luhan – que abandonando o apelo humanista, saúda a evolução interativa, mesmo complementar, entre instrumentos e corpo humano; para ele, sendo o “meio é a mensagem”, o artefato continua e elucida as potencialidades sensório-motoras humanas. Sem o mesmo otimismo dessa pedagogia, Delleuze e Guatarri descrevem a humanidade na figura das alternâncias de fluxos e cortes entre máquinas “desejantes” dispostas nas tramas rizomáicas. Por sua vez, Lyotard diagnosticou o desmonte do projeto huboltiano do saber movido à formação espiritual, em função do nivelamento do conhecimento em informação processável e performatizada nos circuitos da microeletrônica. A realidade simulada, de acordo com sentença de Pierre Levy, teria absorvido as condições de toda experiência nos domínios da virtualidade.

forma que o molda. Tal dialética se realizaria, na história concreta, pela incessante e sempre mais robusta emancipação dos meios, os quais se tornariam fins em si mesmos. No embalo desse movimento, o autor vislumbrou a desconexão e o isolamento do espírito subjetivo frente ao manancial das suas criações, estas o oprimindo pela volúpia da totalidade da sua extensão inabarcável.

Podemos considerar a interpretação dada pelos autores citados como o retorno gradual à inevitabilidade da cultura enquanto uma encruzilhada em que objetivo e subjetivo estariam frente a frente, mas cindidos. Sem desprezar essa vertente, uma outra – e na qual aposto – compreende o quanto cada uma das contribuições justamente se propõe à resolução do mesmo enigma na atenção concedida para a expressão na condição humana. Elas atentam ao modo como bens e patrimônios instauram um senso de preenchimento de vazio, por inserirem cadência ao ritmo do desenrolar histórico enfileirando a temporalidade na seqüência da perspectiva (futuro), da circunstância (presente) e da memória (passado). É inaugural o esforço hegeliano em desvelar o problema do reconhecimento na existência e experiência humanas pelo desenvolvimento da auto-relação do sujeito ativo do espírito. Pela mediação laboral, segundo Marx, a intenção adquire substância histórica e empírica, a qual se projeta no mundo, perfazendo a generalidade civilizatória. Signo de toda concentração de meios e riquezas advindas da cooperação humana, a peculiaridade de meio universal de equivalência do dinheiro manifestaria o feito da era burguês-capitalista de propiciar o intercâmbio entre todas as faces da humanidade. O dinheiro desvelaria em sua essência o movimento, a um só tempo pessoal e coletivo, de apropriação da natureza já modelada pelo trabalho; movimento civilizatório que realiza a socialização de cada indivíduo, mesmo que a figura do artifício monetário o faça aparecer um fetiche. Nos rastros da mesma discussão marxiana sobre o equivalente universal, mas à luz da preocupação com as bases às motivações das condutas humanas, para Simmel a estilização é a contrapartida do incremento das interdependências; no anverso da universalização do dinheiro estaria a modulação da subjetividade. Em tal andamento, a última se torna parte do comércio de valores<sup>29</sup>.

As contribuições dos três intérpretes permitem encontrar no dinheiro espécie de catalisador histórico do feixe de alternativas consagradas como modos de exteriorização e

---

<sup>29</sup> SIMMEL, Georg. (1999). *Philosophie de L'Argent*. Paris: PUF.

simbolização. Neste sentido, o dinheiro se define como plasma do entrecruzamento de valências sócio-funcionais. Entrelaçamento de interações estabelecendo regras, no compasso em que as interdependências se dão a si mesmas suas próprias formas de ser e estas e, no anverso, supõem modos de aparecer e obterem reconhecimento. Lanço mão, aqui, de um idioma antropológico baseado no modo como Gregory Bateson propõe compreender o ritual do “naven”, privilegiando a categoria de “cismogênese. Para ele, tal experiência se define pelo exercício de descrição do comportamento humano, mas considerando a prerrogativa de estar o observador interno ao objeto da observação. Logo, eleger um dos aspectos na descrição da sociedade é a contrapartida da simbiose entre descrição e interpretação. Tal enquadramento metodológico efetivaria a plataforma teórica, para a qual a operação descritiva deve priorizar aqueles mecanismos em que “um único microorganismo pode revelar mecanismos essenciais para compreender qualquer organismo”<sup>30</sup>. Para o que nos interessa argumentar, uma subsequente concepção é a de que a diferenciação das normas comportamentais obedece aos desdobramentos dos processos interativos cismogénéticos. Assim, o autor enfatiza que anterior à angulação funcional e causal, os estudos de rituais devem ater-se ao estilo, à forma. Entendendo esta como o complexo resultante das interações e, igualmente, o plasma habilitado a qualificar as materialidades das suas manifestações em gestos ou domínios textuais.

À luz da proposição batesoniana, o debate sobre expressão, dinheiro e esfera pública contemporânea conduz das interdependências sócio-humanas às suas potencialidades plásticas de estilizarem-se em formatos e, ao mesmo tempo, exulta a busca da economia biopsíquica e a moldura de valores cujos recursos simbólicos lhe conferem densidade significativa. Não se trata de abrir mão da topologia ontológica entre o “dentro” e o “fora”, o “subjetivo” e o “objetivo”, mas evitando substancializar a ambos. Pois o que se torna objeto de estudo são justamente as maneiras como (recursos, rituais e procedimentos) se desenrolam as agências (individuais e institucionais) que possibilitam substancializar algo em expressão, ou seja, em aparição da intangibilidade das relações viabilizadoras das disposições à exteriorização significativa e sua virtual familiaridade como componente tátil do mundo inteligível. Fator mundano este inerente à educação mesma das sensibilidades

---

<sup>30</sup> **BATESON**, Gregory (1958 (1936)). Naven: A Survey of the Problems suggested by a Composite Picture of the Culture of a New Guinea Tribe drawn from Three Points of View. San Francisco: Stanford University Press, p.23.

que são dispostas dialeticamente em diferente e idêntico, gênero e indivíduo, evento e processo, ato e artefato, acontecimento e patrimônio.

Para encerrar este esboço interpretativo, uma vez mais, sem o propósito etnográfico, apenas ilustrativo, tomaremos para análise um fato – desta vez, recortado do cotidiano brasiliense atual.

Situada em um dos blocos de prédios que constituem o conjunto arquitetônico da Quadra 201-Norte, em Brasília, a loja do Café Cristina se insinua naquele arranjo de comércio e serviços de alimentação e lazer em razão da sua ambiência. Do espaço consta o balcão ao fundo, onde os clientes são atendidos por jovens baristas que conhecem curiosidades da marca para qual trabalham e são especializados não apenas no preparo de diversas alternativas da bebida: mas em suas *performances* extraem adornos do líquido, ora são folhas e flores isoladas, ora surgem guirlandas. As três prateleiras em uma das laterais contêm, acima, as máquinas de preparo de diferentes tipos de cafés. Logo em seguida se dispõem, ao lado de distintos tamanhos de pacotes do produto, jogos de cozinha americano confeccionados em chita e outros objetos para o uso da bebida (xícaras com pires, bules, colherinhas e outros), além de peças artesanais de decoração (bonecas de pano figurando de negras quituteiras em vestido e turbantes brancos, junto a toalhas de mesa estampadas, etc.). Embaixo, também em chita, almofadas de vários tamanhos. Ainda na lateral, a parede em frente, em estuque, deixa à amostra algumas varas de bambu, à maneira da aparência de casas populares no meio rural brasileiro. Aliás, a começar pelo nome, todo o cenário faz alusão a essa região e setor da vida do país, em especial aos modos de viver e aos conhecimentos transmitidos pela tradição de geração a geração. Cristina é nome de uma cidade situada no sul do estado de Minas Gerais, destacada pela qualidade da cafeicultura, segundo a informação do texto de um dos folhetos de divulgação ali presentes:

Das muitas Minas e suas Gerais vêm o cantar, o tecer, o prazer e o colher.

Trabalhar o grão leva tempo, talento e criatividade. Descobrir o sabor deste café premiado, não requer pressa. Tal qual a sabedoria mineira, é preciso tempo para conhecer o melhor café. Tempo para se tornar o melhor produtor. Um sonho que se transformou em realidade, em uma terra generosa com quem se dedica há mais de 100 anos para transformar café em ouro. É isso o que sempre fez Sebastião Alves Pereira, patriarca da Fazenda Colina da Pedra. E é isso que a sua família tem orgulho de continuar a fazer. Um café artesanal cultivado a uma altitude de 1.400 metros aonde um a um os frutos são colhidos manualmente e no ponto ideal de maturação. Com sentimento e habilidade. Com cuidado são levados para um terreiro suspenso onde são secos. Cada fruto é descascado num processo minucioso, de excelente resultado. Sentimento de nacionalidade no fazer, no colher, no trazer. Riqueza que vem de Minas. Do Brasil para os Brasileiros. Sabor e originalidade que não dá pra esquecer jamais.



Obediente ao prescrito no folheto, enquanto espera o atendimento e preparo do seu pedido, o consumidor é orientado a sem pressa percorrer os detalhes do espaço. Deve colher ele mesmo as informações a respeito daquela tradição, já que o ambiente mesmo conforma uma espécie de narrativa contada nas cores, texturas e formas dos objetos dispostos. Incluído no rol destes, os livros tratando do cultivo do café, da diferença dos grãos e até da Estrada Real, que no passado colonial permitia o trânsito entre as minas de ouro e o porto de Parati; hoje, roteiro turístico. Análogo ao processo de produção do produto, ali tradição e modernidade estão em complemento mútuo: o conforto (decorrente da tecnologia empregada e do serviço prestado pela mão-de-obra qualificada) é aliado da atmosfera aconchegante da prosa esticada, da atitude tranqüila na realização simples da tarefa por quem é possuidor de um saber antigo, mas renovado. Passa-se tudo disposto como se se estivesse sentado em torno de uma mesa rústica, na cozinha de uma generosa casa de fazenda mineira.

Antes, à maneira do que se dá com o patrimônio imaterial, são ressaltados os modos de ser e os saberes, dos quais aquela bebida-mercadoria é uma expressão. Modos de ser e saber responsáveis pela diferença do bem, que o posiciona original diante dos seus virtuais concorrentes e o torna atraente para o consumo daqueles possuidores de “bom gosto” – e, a julgar pelos preços do cardápio, podem arcar com os custos da personalização do consumo. Justamente, se é o recurso aos tons e artefatos do cotidiano rural que dão o estilo da loja e dos produtos expostos à venda, os mesmos bens são enaltecidos por viabilizarem o desenvolvimento sustentado da comunidade inserida na dinâmica do agronegócio regional. Algo possível ao promover a melhoria das condições de vida da população local, incentivando a entrada no mercado da tradição artesanal feita em pano. Do que somos informados por outro folheto, também ali à mão:

Numa parceria inédita com a Associação Sara Kauage, a Cristina está mostrando para as mulheres da região que elas são capazes de produzir muito mais do que excelente café. Das mãos habilidosas que cuidam da terra e colhem os frutos, estão brotando maravilhosas peças artesanais. São bolsas, almofadas, colchas, bonecas e uma série de outros produtos que estão fazendo com os períodos de entressafra se tornem tão produtivos quanto os períodos de safra. Graças ao apoio de Cristina esse trabalho de capacitação e renda que foi plantado lá atrás começa a gerar frutos. A atividade que essas mulheres estão desenvolvendo tem permitido a criação de políticas de trabalho, de um pólo de arte na região e o mais importante: está trazendo de volta a auto-estima de todos que se envolvem direta ou indiretamente com o projeto.

Só para se ter uma idéia, os cursos semestrais, as oficinas, a doação de matéria-prima e o intercâmbio com estilistas e revendedores já beneficiou mais de 250 famílias entre 2005 e 2006.

Segundo a ênfase posta no texto do folheto, o principal resultado do fomento ao desenvolvimento sustentável está na devolução da auto-estima ao trabalhador. Tal como se dá com o consumidor dos produtos na loja em Brasília – e ainda com o artífice alvo das políticas de patrimonialização da cultura imaterial –, por exemplo, estão dinheiro e estima na aliança visando atender às demandas por auto-realização em um plano bem além da satisfação biológica. Ambos tornam re-conhecidas às auto-imagens de produtores e consumidores finais, expressam-nas na mediação possibilitada pelo produto-mercadoria.

Ao final, somos tentados a sugerir que, se o dinheiro – de acordo com a afirmação de Marx – é a manifestação na sua generalidade abstrata de meio de troca universal de todas as qualidades. Apenas no instante em que estas últimas são engendradas nos circuitos cosmopolitas de produção e consumo monetizados, elas se tornam expressivas uma às outras, conformando um fórum público de exposição, de apresentação de si. A prerrogativa de as diversidades serem capazes de equivalerem entre si está, exatamente, na passagem à condição de expressão, a qual se impõe o padrão às exteriorizações. Idênticas por corresponderem a específico gênero de forma e meio de classificação, na simétrica medida de se tornarem diversas umas às outras, já que a mesma natureza as definem pelas respectivas singularidades de propiciarem tanto a exteriorização quanto a simbolização de intenções e motivações.

A economia simbólica, portanto, encerra uma concepção de conjugar materialidade e espírito não propriamente de acordo com o eixo da economia política clássica<sup>31</sup>. Sabemos estar a última estruturada em sintonia com a cosmologia (com sua caudatária narrativa) da moderna civilização ocidental, na confluência de dualidades próprias à última. Ou seja, entre sagrado e profano, fé e conhecimento, razão e afetividade, tempo e espaço, racional e irrazão, ideal e empírico, real e ilusão, sujeito e objetividade<sup>32</sup>. Espécie de síntese de tal eixo elementar, o dueto economia e cultura como resultou da economia política re-significou as semânticas dos seguintes termos, ao serem estes introduzidos em outras

---

<sup>31</sup> **FARIAS**, Edson (2007). “A cultura popular na fisionomia da economia simbólica no Brasil”. Revista Teoria & Pesquisa, n. XVI série 01.

<sup>32</sup> **LATOUR**, Bruno (1996). *Reassembling the Social. An Introduction to Actor-Network Theory*. New York: Oxford University Press.

polaridades. Assim se concertaram tensamente técnica e emoção, espírito e matéria, realidade e ficção, criatividade e determinação, artificial e natural, ócio e negócio, útil e inútil, singularidade e valor-de-troca, local e fluxo. Obra do século XVIII europeu, cultura e economia cruzaram os últimos séculos norteando duas lógicas sociais semelhantemente complementares em sua correlação dicotômica – as lógicas culturalistas e desenvolvimentistas da modernidade. Respectivas filhas diletas da economia política clássica e da linhagem romântico-historicista, ambas perseveram igual princípio da distinção entre o que seriam substâncias irreduzíveis; a saber, aquela da singularidade e a da abstração. Talvez não seja exagero propor que tanto o embate quanto o atravessamento entre uma e outra cidadela compuseram decididamente o épico mesmo da expansão ocidental, deixando em seu rastro a instalação do sistema econômico-político mundial e a montagem da modernidade enquanto a primeira civilização planetária<sup>33</sup>.

Contemporâneos do século XXI, entretanto, nós assistimos um ajuste sintático e semântico resvalar o sentido de toda herança da cosmologia moderna. Sem dúvida se trata de uma vicissitude da mesma dinâmica em que se encadearam, afirmativamente, adensamento urbano (com a virtual penetração dos seus modos e estilos de vida pelo conjunto da experiência humana), industrialização, Estado nacional, mercado capitalista e esfera simbólica laica<sup>34</sup>. Mas o fato é que economia e cultura, nas figuras do dinheiro e da expressão, já agora, cada vez mais, comparecem como matizes em uma mesma escala cromática e, logo, não mais dicotomias estruturais, por serem faces recíprocas da mesma dinâmica de uma esfera pública apta a fazer visível, os valores, tornar tátil o invisível – emoções, afetos, saberes e afins. Instaura-se o regime de práticas da economia simbólica, o qual resulta de repertório lógico-conceitual deliberando possibilidades de codificações das manifestações em suas variedades institucionais. Igualmente, aquele regime advém de arquiteturas normativas e tramas jurídicas decidindo, aí, propriedades e possibilidades de alienação e acesso. Enfim, ativando mercados e instâncias de visibilidade e transmissão legítimas de bens culturais.

---

<sup>33</sup> Para um tratamento mais pontual deste argumento, ver **FARIAS**, Edson (2005). “O Cadafalso da metáfora – a metonímia da economia simbólica na polarização entre natureza e cultura”. Comunicação apresentada à mesa temática *Valor e Antivalor – Forma e Figura do Empírico*, durante o VIII Seminário Interno de Pesquisa do Grupo *Cultura, Memória e Desenvolvimento*, Salvador, 14 a 16 de dezembro de 2005.

<sup>34</sup> **FARIAS**, Edson (2005). “Um Percurso na Pesquisa sobre as Re-significações de Memórias de Práticas Lúdico-Artísticas Populares em Contextos de Modernização”. *Mnemosia*, revista eletrônica do grupo *Cultura, Memória e Desenvolvimento*, n. 01 ([www.memoriaecultura.com.br](http://www.memoriaecultura.com.br)), p.26-32.